Comunicação na periferia: um estudo exploratório das manifestações populares nas plataformas digitais por comunidades em busca de visibilidade[1]

Alice Bianchini PAVANELLO[2]
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

Este artigo é um estudo exploratório das formas de comunicação digital que surgem orgânica ou institucionalmente em comunidades de classes populares no Brasil. Parte-se da ideia de que, cada vez mais, moradores de comunidades delimitadas por fronteiras geográficas encontram alternativas, por meio de plataformas digitais, para estabelecer uma comunicação dialógica entre eles e também expor suas demandas e potencialidades num comportamento jornalístico cidadão. Com este trabalho se pretende apresentar um panorama de como as comunidades utilizam, com caráter instrumental, o Facebook e portais na internet em busca de visibilidade e inclusão comunicativa.

Palavras-chave: plataformas digitais; Facebook; jornalismo cidadão; comunidades populares; cultura da participação

Introdução

O desenvolvimento tecnológico contribui para aceleradas alterações no contexto comunicacional. A incorporação do computador e da internet nas práticas jornalísticas criam "novas possibilidades de apuração, armazenamento e processamento de informações e dados" (AMORIM, 2012). A convergência das mídias e o desenvolvimento das tecnologias possibilitam ainda uma autonomia do público. A atividade jornalística tem passado por uma ressignificação e o que, até pouco tempo, era papel quase que exclusivo dos jornalistas alocados em empresas de comunicação de massa se reconfigura e faz com que não apenas veículos hegemônicos detenham o poder de comunicar, mas que cidadãos não especializados, com acesso às tecnologias digitais possam divulgar informações de caráter variado.

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e-mail:alicejornal@yahoo.com.br. Bolsista de produtividade Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa "Consumo e Culturas Digitais" do POSCOM/UFSM, coordenado pela Profa. Dra. Sandra Rúbia da Silva.

Em plataformas digitais como portais na internet e sites de redes sociais indivíduos pertencentes a comunidades de classes populares têm a oportunidade de manifestar sua opinião e fazer sua narrativa dos acontecimentos, que muitas vezes se contrapõe à versão apresentada pelos veículos tradicionais de mídia. Com esses recursos, integrantes de comunidades periféricas buscam articular uma comunicação dialógica e também dar visibilidade externa às demandas locais. As manifestações feitas por esses grupos também trabalham para uma mudança da imagem estereotipada passada pela mídia da favela como lugar de violência, tráfico de drogas e lugar de homogeneidade. Uma pesquisa feita em jornais de circulação nacional e estadual Raquel Paiva e Gabriela Nóra mostraram que "a tríade favela-tráfico-violência ocupa boa parte das reflexões" (PAIVA; NÓRA, 2008, p.14). Elas analisaram as publicações impressas diárias dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Dia para identificar as referências feitas às comunidades e moradores dos espaços populares da capital carioca. As pesquisadoras observaram que a maioria das notícias, reportagens, artigos, crônicas e notas segue uma narrativa que contribui para a criação e preservação de estereótipos sociais. Elas citam o exemplo do jornal O Globo: "com notícias principalmente sobre violência, tráfico de drogas e questões socioeconômicas e estruturais do Estado de modo que, quando representadas nessa seção do jornal (editoria Rio), as comunidades periféricas aparecem como local de criminalidade."(2008, p.20). As pesquisadoras também concluíram que nas edições dos três jornais analisados poucas notícias ressaltaram os aspectos culturais e artísticos das comunidades.

Com a intenção de ser uma contra-narrativa à estabelecida pela mídia hegemônica surgem as manifestações orgânicas, iniciativas protagonizadas por moradores de favelas que criam páginas no site de redes sociais Facebook para buscar um espaço de comunicação mais próximo da realidade vivida no local como a *fanpage* PPG Informativo criada por uma moradora do Complexo Pavão, Pavãozinho e Cantagalo no Rio de Janeiro. Antes disso algumas iniciativas institucionais partiram de entidades civis organizadas e ONGs que se preocuparam em criar portais na internet com o propósito de estudar a realidade das favelas e propor políticas públicas direcionadas à inclusão social como é o caso do site Viva Favela criado pela ONG Viva Rio com sede no Rio de Janeiro.

Esses são dois exemplos que serão explicitados mais à frente. Além deles o artigo vai apresentar outras iniciativas semelhantes (orgânicas e institucionais) que

foram verificadas em diferentes Estados brasileiros. Ao longo do trabalho também serão apresentados os conceitos de jornalismo cidadão e uma breve contextualização do surgimento das favelas no Brasil.

Serão utilizados também como referência de análise, trabalhos acadêmicos que abordam a comunicação digital estabelecida dentro de comunidades populares. Como parâmetro de pesquisa foram feitas buscas em anais de congressos nacionais de Comunicação, revistas científicas e no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Os trabalhos encontrados auxiliaram na análise dos objetos e também para elencar novas questões que ainda podem ser exploradas.

Jornalismo cidadão e as tecnologias digitais

Cada vez mais "o público que ganhou poder com as novas tecnologias e vem ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar intimamente da cultura" (JENKINS, 2009, p.53). A vontade de interferir na cultura, na definição de Jenkins também pode ser compreendida como motivação para participar ativamente das mudanças sociais promovendo a circulação de conteúdos em diferentes mídias. O que o autor define como cultura da convergência é uma mudança no papel dos espectadores que até pouco tempo apenas assistiam passivamente o que era transmitido pelos canais de comunicação. Para Shirky (2011) esse comportamento faz parte de uma cultura da participação em que os cidadãos encontram uma forma de participar ativamente das mudanças sociais com a circulação de conteúdos nas mídias digitais. Shirky classifica os tipos de engajamentos público, partindo do princípio de compartilhamento, em quatro categorias: o compartilhamento pessoal feito por indivíduos de que de outra maneira não estariam coordenados; o compartilhamento comum que acontece quando os colaboradores trocam informações e experiências para criar valor para os seus membros; o compartilhamento público quando o grupo envolvido está disposto a criar um recurso público e o compartilhamento cívico que é tão aberto quanto o público, mas nele "um grupo está tentando ativamente transformar a sociedade" (SHIRKY, 2011, p.154).

Para definir a participação dos cidadãos na produção de conteúdo informativo nas redes, autores utilizam diferentes designações: *open source journalism* (BRAMBILLA, 2005), jornalismo participativo (BOWMAN; WILLIS, 2003)

jornalismo cidadão (MORETZSOHN, 2014), *web*-ator, *prosumers* (produtores-consumidores) ou *pro-am* (profissionais-amadores) (RAMONET, 2012) *grassroot journalism* (GILLMOR, 2006). Embora o fato de o indivíduo publicar nas redes conteúdo informativo não o torne um jornalista, os termos mostram uma mudança na ocupação dos espaços da mídia no ambiente digital e representam as possibilidades de dar voz às comunidades e grupos sociais que há alguns anos não tinham poder de atrair visibilidade para si e suas causas.

Gillmor (2006) denomina o noticiário produzido pelas pessoas e para as pessoas como *grassroot journalism*. Essa é uma forma de legitimar o público como autor de mensagens heterogêneas e plurais.

> Jornalismo de base (*grassroot journalismo*) faz parte de um amplo fenômeno de mídia produzido por cidadãos de uma conversa global que está crescendo com força, complexidade e poder. Quando as pessoas puderem se expressar, elas o farão. Quando elas puderem fazê-la com ferramentas ainda mais expressivas e poderosas, elas levam para um novo reino de notícias de mídia rapidamente. Quando puderem atingir uma audiência potencialmente global, que literalmente poderá mudar o mundo (GILLMOR, 2006, p.15).

Para Bowman e Willis o jornalismo participativo se caracteriza por ser:

> o ato de um cidadão ou grupo de cidadãos, desempenhando um papel ativo no processo de coleta, divulgação, análise e disseminação de notícias e informações. A intenção desta participação é fornecer informações independentes, confiáveis, precisas, abrangentes e relevantes que uma democracia exige (BOWMAN; WILLIS, 2003, p.9).

Os autores também destacam que o jornalismo participativo é um movimento que acontece de baixo para cima e sem ou quase nenhuma supervisão por jornalistas profissionais do fluxo de trabalho o que pode fazer com que o resultado disso se distribua rapidamente ou murche nas redes sociais da web.

Ramonet (2012) mesmo consciente da vulnerabilidade que pode ter a informação ou o jornalismo produzidos pelos cidadãos se comparado à credibilidade que os veículos tradicionais de notícias ainda mantêm, sugere o desenvolvimento de um "quinto poder" representado pela voz da população. Para o autor, antes da década de 90, a imprensa era vista como o quarto poder, "a voz dos sem-voz" que definia o sentido cívico das mídias e dos jornalistas que possuíam coragem e meios para "criticar, rejeitar, contrapor – democraticamente – decisões políticas ou judiciárias certamente legais, mas que podiam revelar-se injustas, ou até criminosas" (RAMONET, 2012, p.56). Ele segue argumentando que "nos últimos 20 anos, à medida que se acelerava a

globalização neoliberalista, o conceito de quarto poder foi se esvaziando do seu significado. Ele perdeu sua função essencial de contrapoder" (RAMONET, 2012, p.56).

Para Ramonet grupos econômicos e grandes empresas detém o poder dos conglomerados de mídia muitas vezes com mais força que o próprio Estado. Dessa forma, ele enxerga a criação de um quinto poder por parte da população "cuja função seria denunciar o superpoder de alguns grandes grupos midiáticos que, em certas situações, deixaram de defender os cidadãos e passaram a agir contra eles" (2012, p.60).

Poder esse que ganha força nas redes sociais, espaço possível para constituição da democracia livre para debates e críticas a modelos tradicionais. Em uma comparação com a produção de alimentos orgânicos que seriam puros aqueles sem contaminações provocadas pelos agrotóxicos, Ramonet chama de "informação orgânica" (RAMONET, 2012, p.65) aquela natural, livre de mentiras e distorções. O autor considera que a imprensa tradicional contamina as informações com interesses empresariais. Mas quando a comunicação é feita de forma independente dos meios hegemônicos sendo estabelecida por grupos que têm o propósito de defender os interesses dos cidadãos ele as chama então de uma comunicação orgânica. Enraizada nas comunidades de classes populares e nascida espontaneamente por iniciativas cidadãs independentes. Para fins de classificação e análise neste artigo as *fanpages* criadas pelos moradores das comunidades populares são consideradas iniciativas orgânicas por terem sido criadas pelos cidadãos com o intuito de estabelecer uma comunicação pura e direta entre os moradores locais.

A favela e o imaginário social

Valladares (2005) aponta que os cortiços, que eram vistos como o local da pobreza urbana no século XIX, no Rio de Janeiro, foram o "germe da favela" (VALLADARES, 2005, p.24). As típicas habitações precárias que se encontravam nos cortiços foram identificadas depois no Morro da Providência, ocupação datada de 1897. Alguns anos depois, o Morro da Providência passa a se chamar Morro da Favella ao ser ocupado por antigos combatentes da guerra de Canudos[3] que se instalaram no local a fim de pressionar o Governo a pagar seus soldos atrasados. Valladares cita estudos que apontam para duas possíveis mudanças no nome da localidade: a planta favella

3 A guerra de Canudos foi um confronto armado entre Exército Brasileiro e integrantes de movimento popular que se deu na comunidade de Canudos no interior da Bahia entre 1896 e 1897. Teve como expoente o líder popular Antônio Conselheiro e foi retratada por Euclides da Cunha no livro Os Sertões (1902).

encontrada no sertão da Bahia e também no Morro da Providência; e o morro baiano chamado Favella que foi ponto de resistência do exército popular durante uma decisiva batalha na guerra de Canudos.

Mas foi durante o século XX, segundo Valladares, que a palavra favela se tornou um substantivo comum para designar "um habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas" (VALLADARES, 2005, p.26). Já nessa época, em 1900, o Jornal do Brasil difundia uma imagem negativa da favela e publicava em suas páginas que o Morro da Favella era "um lugar infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias" (BRETAS *apud* VALLADARES, 2005, p.26). Junto à imagem formada pelos jornalistas, as retratadas por escritores e reformadores sociais inculcavam no imaginário coletivo as representações sociais das favelas.

Sorj (2003) afirma que ao mesmo tempo em que as favelas foram se inflando, cada vez mais abrigando migrantes que chegavam à cidade a procura de melhores condições de vida, o tráfico de drogas começava a se consolidar no Rio de Janeiro, em especial com a cocaína vinda da Colômbia no final dos anos 70.

> No espaço privilegiado da ação de gangues de traficantes, que controlam o espaço físico e social e geram uma dinâmica que renova velhos preconceitos e que associa a maioria dos habitantes da favela a um fenômeno do qual são as principais vítimas, a violência armada (SORJ, 2003 p. 95).

O autor destaca que essas condições corroboraram ainda mais para criar na sociedade a imagem da favela como lugar exclusivo de tráfico de drogas, violência e informalidade.

Valladares (2005) afirma que a definitiva imagem depreciativa da favela associada diretamente com a violência se deu em 1984, com uma pesquisa realizada pela Rede Globo de Televisão em parceria com o Instituto de Opinião Pública (IBOPE). A emissora distribuiu questionários em toda a região metropolitana no Rio de Janeiro sobre a violência para a campanha Rio contra o Crime[4], "procedimento que já demonstrava a importância desse fenômeno para a população". E ela conclui que então os meios de comunicação passam a divulgar repetidamente informações e imagens sobre atos de violência individuais e coletivos. "Crimes, sequestros, massacres e

4 Interessante observar que a campanha "O Rio contra o crime" resultou em condecorações concedidas ao fundador da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho, "por sua contribuição ao desenvolvimento do país". Mais informações: http://www.robertomarinho.com.br/homenagens/nacionais/condecoracoes/decada-de-1980.htm. Acesso em: 12 maio 2017.

violências diversas, entre as quais os arrastões, realizados por bandos organizados que aterrorizam os frequentadores das praias de Copacabana e Ipanema, aparecem com frequência nas manchetes dos jornais e noticiários da televisão." (VALLADARES, 2005, p.142).

Ainda hoje as comunidades populares têm espaço na mídia com notícias negativas. Serve como ilustração o site G1 – portal de notícias da Rede Globo. No dia 26 de maio de 2017, na página principal do G1 nacional (www.g1.com.br) e do G1 Rio de Janeiro (www.g1.com.br/rj) um dos destaques é uma operação realizada pela Polícia Militar no Morro da Providência[5] depois que foi registrada uma série de assaltos em uma rua comercial da cidade. A reportagem na internet traz textos sobre a operação e também um vídeo que compila as abordagens feitas sobre o assunto no Bom Dia Rio, jornal matutino da Rede Globo no estado do Rio de Janeiro. O vídeo mostra que ao longo do programa o tema foi abordado três vezes, sendo destacado o fato de que a operação acontecia desde a noite. A reportagem acompanhava uma operação policial, ao vivo, com um helicóptero que sobrevoava a comunidade. Durante o jornal um porta-voz da Polícia Militar foi entrevistado e ressaltou os perigos oferecidos pela comunidade do Morro da Providência por ser um ponto de tráfico de drogas e com muitos moradores de rua, além de destacar que a operação deveria seguir pelos próximos dias e ser ampliada para outros morros da região. Importante observar que em vários momentos a reportagem fala que moradores do Morro relataram ter ouvido troca de tiros entre traficantes e policiais, fato negado pelo porta-voz e não investigado a fundo pelos jornalistas. A notícia também ganhou repercussão nacional no Bom Dia Brasil.

As comunidades falam por si

Fazendo uma busca com a palavra Morro da Providência no mesmo dia, no portal do G1 do Rio de Janeiro apareceram oito resultados, só na primeira página, sete deles são reportagens que retratam a violência na localidade. Mas será apenas isso que tem o Morro da Providência? Violência, troca de tiros, tráfico de drogas? Ao se observar a *fanpage* Morro da Providência[6] no Facebook vemos uma realidade diferente. A página, que parece ser mantida por moradores locais (informação que não está clara na descrição), tem mais de 10 mil seguidores, divulga a realização de uma mostra

5 Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-realiza-operacao-no-morro-da-providencia-no-centro-do-rio.ghtml. Acesso em: 26 maio 2017.
6 Disponível em: https://www.facebook.com/morro.daprovidencia.9/. Acesso em: 26 maio 2017.

fotográfica que conta a história da primeira favela do país: "Exposição Morro da Favela à Providência de Canudos" atividade que faz parte da comemoração aos 120 anos da ocupação desse território. Na página, que se apresenta com o *slogan* "Juntos somos mais fortes", também são divulgados eventos realizados na comunidade, fotos tiradas por moradores, cursos com vagas abertas e serviços oferecidos na comunidade. A ocupação policial não é abordada na *fanpage*.

Essa página no Facebook mostra uma comunicação orgânica, nascida na comunidade e que se apresenta como alternativa para que os moradores locais possam mostrar o lugar onde vivem sob uma nova ótica, uma perspectiva diferente da apresentada na mídia. Percebe-se que cada vez mais iniciativas como essa em que o jornalismo é feito pelos cidadãos ganham espaço nas plataformas digitais.

A visibilidade das realidades locais propiciada por meios alternativos criados pelos próprios cidadãos têm como expoente o Voz das Comunidades. Esse canal, inicialmente impresso, foi criado em 2005 por Rene Silva, morador do Complexo de Favelas do Alemão no Rio de Janeiro. Com a percepção da falta de representatividade que a favela tinha nos noticiários produzidos pelos canais hegemônicos, Rene sentiu a necessidade de dar voz às demandas locais (WALTZ, 2016). A iniciativa ganhou visibilidade quando o jovem narrou no microblog Twitter a ocupação da comunidade por forças de segurança num momento em que a imprensa não teve autorização para acompanhar a ação. Em maio de 2017, a *fanpage* do site de redes sociais Facebook se mantém e já alcança mais de 102 mil seguidores. As postagens são principalmente de cunho jornalístico produzidas pela equipe do Voz das Comunidades[7]. Pela repercussão que teve nas redes sociais e também sendo citado em jornais dos veículos tradicionais como no canal Globo News, ele se valeu da legitimidade dos meios hegemônicos de comunicação, mas seguiu apresentando a narrativa dos acontecimentos dentro da favela de "modo diferente dos quais estávamos acostumados a ver nas coberturas tradicionais da mídia" (LOPES, 2012, p.108)

Outra *fanpage* que surgiu de forma orgânica na comunidade é a página PPG Informativo[8]. Criada pela moradora do Complexo do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo Ana Muza, em 2014, contava com quase 8 mil curtidas em maio de 2017. A PPG

7 Em 2010, Rene montou uma equipe de profissionais e voluntários que trabalha na elaboração de reportagens. Ele também possui uma página na internet e uma versão impressa bimestral do Voz das Comunidades que chega a 59ª edição. Disponíveis em: https://www.facebook.com/vozdascomunidades/, http://www.vozdascomunidades.com.br/, e https://issuu.com/jornalvozdacomunidade/docs/edicao59. Acesso em: 11 maio 2017.
8 Disponível em: https://www.facebook.com/PPGINFO/. Acesso em: 17 maio 2017.

Informativo se apresenta com a proposta de "fortalecer a comunicação interna entre os moradores" na qual são denunciados problemas, apresentadas oportunidades e dada voz a outras demandas dos moradores do Complexo localizado na zona Sul do Rio de Janeiro. Nas postagens feitas na página percebe-se uma constante presença de temas como denúncias de irregularidade, classificados com anúncio de vagas de emprego e obituário, serviços com conteúdo informativo e entretenimento com divulgação de festas e eventos locais. Observa-se que as postagens são na maioria de anúncios ou serviços, mas as publicações com denúncias geram maior repercussão e interação entre os integrantes (PAVANELLO; SILVA, 2016). Este ano, Ana Muza fez uma parceria com Rene Silva para que a equipe do Voz das Comunidades fizesse reportagens e transmissões ao vivo sobre os problemas enfrentados pelos moradores. Um exemplo é a publicação do dia 31 de maio sobre postes caídos na comunidade[9].

Também no Rio de Janeiro, na Favela da Rocinha a *fanpage* Rocinha em Foco[10] tem quase 56 mil seguidores. Foi criada pela moradora Fabiana Rodrigues, em 2013, com o propósito de ser um espaço para falar dos assuntos da comunidade. Além dos serviços de perdidos e achados de objetos e animais, divulgação de cursos e eventos, vagas de emprego e fotos tiradas da favela por moradores, algumas postagens reclamam de problemas como: "ALÔ CEDAE, VERÃO ACABOU, CADÊ A ÁGUA???" em que foi publicada uma reclamação sobre a falta de água em alguns pontos da favela. Em outra publicação, assinada pela própria Fabiana, ela afirma ter investigado denúncias feitas por moradores na *fanpage* sobre supostos maus-tratos a animais cometidos em um *petshop* local.

Utilização semelhante é dada para *fanpage* Nova Paraisópolis[11] alimentada pela Agência Paraisópolis, que se define como uma central de notícias da comunidade de Paraisópolis em São Paulo. Em maio de 2017, a página tinha quase 18 mil curtidas e nas postagens é dada visibilidade para pessoas desaparecidas, oferta de cursos e atividades culturais da favela e iniciativas positivas desenvolvidas localmente.

Fora do eixo Rio-São Paulo, no Rio Grande do Sul, Porto Alegre também abriga exemplos de comunicação orgânica originada a partir da necessidade de moradores de comunidades populares. Na região leste, no Morro da Cruz a *fanpage* MORRO DA

[9] Disponível em: https://www.facebook.com/vozdascomunidades/videos/1565641073507201/?hc_ref=PAGES_TIMELINE. Acesso em: 02 jun 2017.
10 Disponível em: https://www.facebook.com/rocinhaemfocooficial/. Aceso em: 24 maio 2017.
11 Disponível em: https://www.facebook.com/ParaisopolisSP. Acesso em: 24 maio 2017.

CRUZ[12] foi criada por moradores locais que atuam como DJs. Tem mais de 3 mil seguidores e aborda assuntos relacionados à comunidade com a divulgação de serviços e informações. Um trabalho etnográfico sobre a apropriação da cultura digital por comunidades populares desenvolvido no Morro mostrou que os moradores têm consciência da importância da comunicação e fazem "vários usos criativos e de um empoderamento dos sujeitos que se inserem no mundo digital" (SCALCO, 2012, p.247). Na região Sul os moradores de um dos maiores bairros da capital gaúcha, a Restinga, mantêm a página no Facebook Bairro Restinga – Porto Alegre[13] que tinha quase 3 mil seguidores em maio de 2017. A página é apresentada com o propósito de mostrar as atividades culturais e artísticas desenvolvidas no local e também com o objetivo de possibilitar uma outra visão do Bairro Restinga sem deixar de mostrar os pontos negativos, mas focando nas soluções e oportunidades na tentativa de mudar a imagem do bairro visto pela população em geral como pobre e marginalizado. As publicações mais comuns denunciam problemas no bairro como o descaso com uma escola pública local e divulgam oportunidades de cursos e vagas de emprego.

Ao mesmo tempo em que esses canais estabelecidos em sites de redes sociais se apresentam como espaços para as manifestações cidadãs, portais na internet foram criados a partir de iniciativas institucionais como meios de divulgação das pluralidades artísticas e culturais produzidas na periferia. Canais que se apresentam com o propósito de dar visibilidade às ações desenvolvidas nas favelas com intenção de superar as diferenças sociais e construir novas referências desses espaços.

O portal Viva Favela foi criado pela ONG Viva Rio, organização que surgiu como uma iniciativa de lideranças religiosas, civis e empresariais numa tentativa de frear a violência que na década de 90 havia se alastrado pelo Rio de Janeiro e despontado como uma quase guerra entre traficantes e policiais (SORJ, 2003). O Viva Favela surgiu em 2001, para divulgar informação para os meios de comunicação com notícias da favela que "mostrassem sua realidade social, sua riqueza humana e cultural e o esforço da maioria dos moradores de desenvolver uma vida digna, em vez de se concentrar apenas na violência" (SORJ, 2003, p. 115).

Hoje o portal Viva Favela[14] é produzido por jornalistas e correspondentes comunitários que participaram de oficinas de texto e são orientados pelos profissionais.

12 Disponível em: https://www.facebook.com/morrodacruzZL/. Acesso em: 26 maio 2017.
13 Disponível em: https://www.facebook.com/BairroRestinga/. Acesso em: 26 maio 2017.
14 Disponíveis em: http://vivafavela.com.br/ e https://www.facebook.com/VivaFavela/. Acesso em: 11 maio 2017.

Os correspondentes são jovens que atuam como jornalistas na busca de notícias e reportagens exclusivas sobre os moradores das favelas. O Viva Favela tem reportagens que contam histórias de moradores e notícias positivas das comunidades e se configura como um espaço para mostrar que a favela não é apenas um local de violência e tráfico de drogas como geralmente é retratada nos jornais e novelas. O site se torna "um apoio a democracia digital ao fornecer acesso a informações. E ao se tornar capaz de mobilizar pessoas" (OLIVEIRA, 2011, p. 17).

Outra ONG, a Central Única de Favelas (CUFA) [15] foi criada há mais de 20 anos, de acordo com a página na internet, a partir da união de jovens oriundos de favelas que queriam expressar suas opiniões "por meio dos elementos do Hip hop tradicionais: a música (rap), expressão plástica (grafite), a dança (break)" (CRUZ, 2007, p.86). No site estão notícias relacionadas às favelas e principalmente aos projetos desenvolvidos pela ONG junto às comunidades populares. "É possível observar no portal uma diversidade de falas: a fala institucional dos membros da ONG, as falas sobre as favelas recortadas nos meios massivos e a fala de "especialistas"" (CRUZ, 2007, p. 86). A CUFA está presente em periferias dos 27 estados do país, no Rio Grande do Sul desenvolve sete projetos com o envolvimento de pessoas voluntárias ligadas a diferentes setores da sociedade. No site da CUFA são postadas principalmente informações sobre eventos promovidos pela ONG nas comunidades, notícias relacionadas a CUFA e seus integrantes e os projetos desenvolvidos por eles.

Como outro exemplo, podemos citar o Observatório de Favelas[16]. Criado em 2001, fundado e coordenado por moradores e ex-moradores do Complexo da Maré que se formaram na universidade e se engajaram na vida acadêmica para discutir os processos de favelização, o que possibilita "uma fala híbrida: é um especialista que, além da reflexão acadêmica, agrega aos seus argumentos à vivência cotidiana em uma favela" (CRUZ, 2007 p.82). O site é apresentado com o objetivo de "elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais". As publicações são principalmente sobre os projetos desenvolvidos pela equipe do Observatório, notícias, artigos e pesquisas acadêmicas relacionadas às comunidades populares.

15 Disponível em: https://www.cufa.org.br/. Acesso em: 12 maio 2017.
16 Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/. Acesso em: 17 maio 2017.

Para embasar os debates promovidos na página, em 2012, pesquisadores ligados ao Observatório de Favelas fizeram um levantamento dos veículos de mídia alternativa existentes nas favelas do Rio de Janeiro e também uma seleção de reportagens que abordavam a temática da favela, que foram veiculadas em três jornais impressos. Foram identificados 104 veículos alternativos sendo mais comuns os blogs pessoais. Quanto às reportagens, em seis meses foram analisadas 640 matérias e a conclusão foi que "violência, criminalidade e drogas" foram os temas predominantes na construção das narrativas jornalísticas sobre estes territórios, chegando a corresponder a mais de 70% das pautas" (ANSEL; BAHIA, 2013, p.14). O que reforça a necessidade de que cidadãos busquem alternativas para mostrar a sua versão das notícias.

Considerações Finais

O presente artigo fez uma pesquisa exploratória das utilizações de plataformas digitais por cidadãos na busca de um fazer jornalístico com o propósito de dar visibilidade para os assuntos que envolvem a favela, na busca de uma comunicação dialógica e no combate aos estereótipos estabelecidos pela mídia tradicional. Por meio de um estudo exploratório foi possível perceber que cada vez mais comunidades populares estão se apropriando dos recursos digitais para dar voz às suas demandas. São iniciativas orgânicas que surgem de forma espontânea por parte dos moradores e também ações institucionais que partem de organizações civis já consolidadas.

Nesse trabalho foi possível perceber que as páginas criadas no site de redes sociais Facebook são utilizadas principalmente para estabelecer uma comunicação entre os moradores por meio da exposição de ofertas de empregos, cursos, anúncios e ofertas de serviços disponíveis nas comunidades. Mas também é possível perceber um empenho em retratar e denunciar os problemas daquelas comunidades numa aproximação ao trabalho jornalístico num esforço de fazer o que Gillmor (2006) chama de *grassroot journalism*, uma informação produzida pelos cidadãos e para os cidadãos de forma heterogênea e plural. Além de uma busca de um agir jornalístico por meio de apuração de denúncias e esclarecimentos ouvindo todos os lados envolvidos nas histórias o que Bowman e Willis (2003) caracterizam como jornalismo participativo. Ao se apropriarem das plataformas digitais os moradores das comunidades que criam *fanpages*

estão fazendo o que Shirky (2011) chama de compartilhamento cívico e almejam melhorar não só as suas vidas, mas também dos vizinhos.

O compartilhamento comum (SHIRKY, 2011) é identificado nos sites institucionais no momento em que as articulações que são realizadas nesses espaços virtuais podem criar valor para as comunidades. Nesses portais percebe-se ainda mais presente o fazer jornalístico, uma vez que moradores de comunidades são treinados para atuarem como repórteres correspondentes comunitários. Função que desempenham por conta própria com pouca supervisão profissional. Observa-se também que as iniciativas já consolidadas foram criadas por ex-moradores de comunidades periféricas ou em parceria com grupos sociais com o objetivo de discutir a favelização e principalmente propor debates que levem a mudanças estruturais internas e também no imaginário social da favela que hoje é tido como lugar de pobreza e violência. Nesses sites é possível notar uma maior presença de postagens com teor noticioso onde se percebe a intenção de criar uma voz ativa da população num movimento de aproximação ao que Ramonet (2012) reconheceria como o "quinto poder".

Este trabalho exploratório colocou luz no universo comunicacional desenvolvido por pessoas comuns, sem as prerrogativas acadêmicas normalmente exigidas para trabalhar em um veículo de comunicação de massa. Essas iniciativas apresentadas e mapeadas criam novos pontos para discussão. O próximo passo é analisar mais a fundo quais as estratégias utilizadas nesses canais – *fanpages* e sites – para dar visibilidade às demandas de cada comunidade. Como são construídos os discursos sociais elaborados nessas localidades no sentido de contrapor o discurso emitido pelas mídias hegemônicas. Como essas plataformas digitais dão espaço para um fazer jornalístico em que o cidadão pode falar por si, mostrar seu ponto de vista e sua versão da história que é contada sobre ele.

Uma outra discussão que deve ser feita é quanto aos motivos que levam os cidadãos a terem que estabelecer uma comunicação própria, autônoma e orgânica, na busca de cidadania. As observações preliminares apontam para uma decrescente atuação efetiva dos meios legitimados a fazer esse papel como os veículos tradicionais de imprensa originalmente incumbidos de serem a voz da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, José Salomão. O impacto das inovações tecnológicas e das mídias digitais na concepção e na prática do jornalismo. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2012. p. 393-409.

ANSEL, Thiago; BAHIA, Silvana. Mídia e Favela: Comunicação e Democracia nos Espaços Populares. In: IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. 2013, Cutitiba. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/10/M%C3%Addia-e-Favela-Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-Democracia-nas-favelas-e-espa%C3%A7os-populares.pdf. Acesso em: 12 maio 2017.

BOWMAN, Shayne e WILLIS, Chris. **We Media**: how audiences are shaping the future of news and information. Cidade: Editora, ano. Disponível em: www.hypergene.net/wemedia/weblog.php. Acesso em: 5 maio 2017.

BRAMBILLA, Ana Maria. **Jornalismo open source em busca de credibilidade**. In: Intercom 2005 – XXVIII Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Ciências da Comunicação. 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/Ana_4.pdf. Acesso em: 5 maio 2017.

CRUZ, Márcia. **Vozes das favelas na internet:** disputas discursivas por estima social. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais.

GILLMOR, Dan. **We, the media.** United State of America. O'Reilly Media, 2004. – Paperback edition, 2006.Online. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=5DMSVPEv86gC&oi=fnd&pg=PR1&dq=N%C3%B3s,+os+media+GillmGi&ots=zAlTzvaLUQ&sig=wYoCfskJUPtl_8k8G3UoQ0LHruE#v=onepage&q=N%C3%B3s%2C%20os%20media%20Gillmor&f=false. Acesso em: 26 maio 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LOPES, Flávia. **O discurso que ecoa nas redes:** a vocalização de sujeitos a partir do caso "Voz do Cidadão". 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

MORETZSOHN, Sylvia. **"Jornalismo Cidadão" e o mito da tecnologia redentora**. In: Brazilian Journalism Research, 2014. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/751. Acesso em: 13 jun. 2017.

OLIVERA, Raquel**. Citizen Journalism and its democratic** potential – Brazil case studies: Viva Favela and Índios Online. In: Association of internet researchers conference. 201, Seattle, USA. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiqjJ2pzJPUAhUCG5AKHZmzAxIQFggpMAA&url=https%3A%2F%2Fspir.aoir.org%2Findex.php%2Fspir%2Farticle%2Fdownload%2F27%2F29&u

sg=AFQjCNG8sk1ALMbv14gSIPBgabZvYOLCRA&sig2=0u2WDso914m7rmB2Cv20Yw. Acesso em: 5 maio 2017.

PAIVA, Raquel; NÓRA, Gabriela. Comunidade e humanismo prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro. In: PAIVA, R; RIBEIRO, C. H; (Org.). **Comunidade e contra-hegemonia**: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

PAVANELLO, Alice; SILVA, Sandra Rúbia. A apropriação de plataformas digitais em comunidades de classes populares: a vez e a voz do cidadão. In: I Simpósio Internacional de Comunicação da UFSM, Frederico Westphalen, 2016. **Anais eletrônicos**. Disponível em http://coral.ufsm.br/sic/images/Anais_SIC_Completo.pdf. p. 922-935. Acesso em: 26 maio 2017.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa às massas de mídia**.** São Paulo: Publisher, 2012.

SANTAELLA, Lucia. Intersujetividades nas redes digitais: repercussões na educação**.** In: **Interações em Rede**. PRIMO, Alex (Org.). Porto Alegre: Sulina, 2013.

SCALCO, Lucia. **Máquinas, conexões e saberes: as práticas de inclusão digital em famílias de grupos populares**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com:** a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. Disponível em: http://www.bernardosorj.com/pdf/Brasil_@_povo_com.pdf. Acesso em: 12 maio 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com**.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WALTZ, Igor. As vozes do voz das conunidades: Considerações sobre polifonia e dialogismo no discurso da imprensa comunitário. In: XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo.xxvcompos.vozdascomunidades.comautor_3276.pdf. Acesso em: 12 maio 2017.